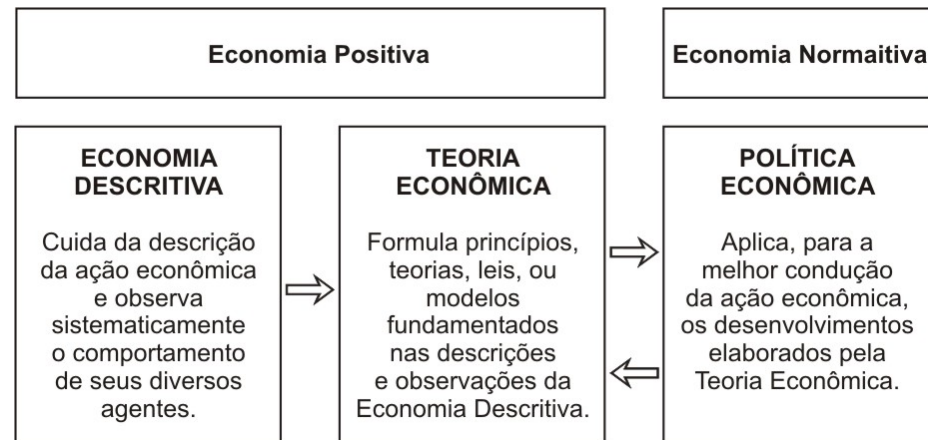


## MATÉRIA 1.0

### A ECONOMIA DESCRITIVA, A TEORIA ECONÔMICA E A POLÍTICA ECONÔMICA

Segundo a maior parte dos autores contemporâneos, a Ciência Econômica comporta três desdobramentos principais, constituídos pela *Economia Descritiva*, pela *Teoria Econômica* e pela *Política Econômica*. Este capítulo focalizará cada um deles, com base no esquema da Figura 3.1.

**Figura 3.1. – Os três principais compartimentos da Economia**



#### 3.1. A ECONOMIA E SEUS PRINCIPAIS

Quando da análise dos procedimentos metodológicos adotados para a *elaboração* da Economia, observamos no capítulo anterior, que o *reconhecimento* é a base geral dos processos de investigação científica. Através dele devem ser adequadamente descritos e classificados os fatos mais relevantes da ação econômica, com a finalidade de tornar

possível a interpretação científica da realidade. Daí se passa para a teorização. E desta para as aplicações possíveis da ciência elaborada. Os três principais compartimentos da Economia, que agora descreveremos, decorrem dessa divisão fundamental.

#### A Economia Descritiva

A *Economia Descritiva* é geralmente considerada como o compartimento responsável pelo *reconhecimento* - a nível de descrição - de como se comportam os diversos agentes de dado sistema econômico.

Como Ciência Social, a Economia lida, essencialmente, com o comportamento dos consumidores, dos produtores, das instituições governamentais e de outros agentes (públicos e privados), permanentemente dedicados à tarefa de empregar recursos escassos para que sejam atendidas, ao mais alto nível possível, as necessidades de bens e serviços da coletividade - As ações e reações desses heterogêneos agentes nem sempre são de fácil identificação. O mundo real das atividades econômicas, quando observado cuidadosamente, é de uma estanha complexidade. A maior parte dos fatos encontra-se interrelacionada através de um encadeamento de reações, de motivações e influências recíprocas. Em alguns casos, a realidade registra certos círculos viciosos, cuja descrição é extremamente dificultada pela impossibilidade de se encontrar o fato gerador do processo desencadeado. Em outros casos, certas ações aparentemente isoladas poderão conduzir a todo um conjunto de novas situações, impondo-se, assim, a necessidade de classificação e de pormenorizada descrição de cada um dos fatos geradores e de cada uma das novas situações geradas.

É a esta complexa tarefa de levantamento, *descrição* e classificação dos fatos que se dedica a Economia Descritiva. É

através dela que a realidade começará a ser submetida a um criterioso tratamento científico, no sentido de que possam ser analisadas as relações básicas que se estabelecem entre os diversos agentes que compõem o quadro da atividade econômica.

Preliminarmente, serão separadas as relações econômicas das não-econômicas, determinando-se em seguida quais as relevantes e quais as irrelevantes, para o problema específico em consideração. Ocorre porém, como argumenta Mc-Connell, que mesmo quando este processo de classificação tiver sido completado, o conjunto dos fatos relevantes poderá parecer desconexo. Um aglomerado de fatos poderá ser relativamente inútil. A mera descrição não terá sido suficientemente esclarecedora. Para adquirir significado, os fatos, adequadamente interpretados, devem conduzir a generalizações inteligentes. Este segundo tratamento constitui a tarefa essencial da Teoria Econômica.

## **A Teoria Econômica**

A *Teoria Econômica* é o compartimento central da Economia. Compete-lhe dar ordenamento lógico aos levantamentos sistemáticos fornecidos pela Economia Descritiva, produzindo generalizações que sejam capazes de ligar os fatos entre si, desvendar as cadeias de ações e reações manifestadas e estabelecer relações que identifiquem os graus de dependência de dado fenômeno em relação a outro.

Essa transforção dos fatos observados em generalizações lógicas, inteligentes e úteis constitui a passagem da Economia Descritiva para a Teoria Econômica. O instante dessa passagem implica a teorização da realidade. Surgirão então, em decorrência, conjuntos de princípios, de teorias, de leis e de modelos, todos eles fundamentados nas descrições apresentadas.

Quando a fundamentação é direta, tendo os fatos conduzido à imediata teorização e à explicação científica da realidade, o percurso entre um e outro compartimento terá sido feito através da indução. E, quando a teorização decorre apenas em parte da realidade conhecida, este percurso terá sido substituído pela dedução. Todavia, seja através da indução ou da dedução, compete à Teoria Econômica formular um conjunto de princípios, de teorias, de leis ou de modelos, cuja logicidade, interpenetração e coerência garantirão à Economia o seu caráter de ciência.

## **A Política Econômica**

Os desenvolvimentos elaborados no compartimento da Teoria Econômica têm a finalidade de servir à *Política Econômica*. Nesse terceiro compartimento é que serão utilizados os princípios, as teorias, as leis e os modelos explicativos da realidade. A utilização terá a finalidade de conduzir mais adequadamente a ação econômica, com vistas a objetivos predeterminados.

A Política Econômica é assim, um ramo essencialmente voltado para o condicionamento da atividade econômica. Os levantamentos feitos pela Economia Descritiva, como vimos, têm a finalidade de suportar os desenvolvimentos elaborados pela Teoria Econômica. Estes, num desdobramento de caráter utilitarista, serão o suporte da Política Econômica.

Assim, por exemplo, quando empregamos a expressão *política econômica governamental*, estamos referindo-nos às ações práticas desenvolvidas pelo Governo, com a finalidade de condicionar, balizar e conduzir o sistema econômico, no sentido de que sejam alcançados um ou mais objetivos econômicos, politicamente estabelecidos. E estas ações práticas, devido à complexidade do mundo econômico e de seus problemas, tendem a ter o respaldo da Teoria

Econômica, uma vez que esta última é constituída por um conjunto de generalizações - a nível científico - capazes de dar explicações lógicas e úteis aos fatos, aos problemas e à complexa realidade sobre a qual se pretende atuar.

### **As Proposições positivas e as normativas**

Considerando ainda o quadro esquemático da Figura 3.1, resta observar que os dois compartimentos iniciais (Economia Descritiva e Teoria Econômica) constituem a *Economia Positiva* E o terceiro (Política Econômica) constitui a *Economia Normativa*.

A separação entre as proposições positivas e normativas é de fácil compreensão. Quando nos encontramos no campo *positivo*, interessamo-nos em descrever ou, então, em teorizar determinado aspecto da realidade, preocupando-nos com os fatos, da forma como eles são ou segundo se apresentam. Quando, todavia, nos deslocamos para o campo normativo, formulamos julgamentos e propomos novas situações; estaremos situando-nos, assim, diante de um enfoque bem diferente do anterior, procurando examinar ou propor como os fatos devem ser.

Assumindo atitude positiva, descrevemos, por exemplo, o que ocorre com as quantidades procuradas de um produto qualquer, quando os níveis de seus preços se elevam ou se reduzem; subsequentemente, poderemos teorizar esta situação observada, formulando os princípios que regem este comportamento, as teorias capazes de melhor explicá-lo, as leis sociais que poderão decorrer dessa observação ou os modelos capazes de representar a nível teórico a realidade observada. As elaborações teóricas então desenvolvidas poderão conduzir à seguinte proposição positiva: Quando os níveis dos preços de determinado produto se elevam, as quantidades procuradas tendem a cair; quando os níveis dos preços se reduzem, as

quantidades procuradas tendem a se elevar. Não fizemos, até aqui, qualquer julgamento ético. Não pretendemos dizer como os fatos devem ser. Dissemos apenas como eles *são*.

Todavia, quando passamos dos campos da Economia Descritiva e da Teoria Econômica para o domínio da Política Econômica, certamente nos defrontamos com a necessidade de proceder a julgamentos de valor. Se, por exemplo, um dos objetivos da Política Econômica governamental for a manutenção do nível geral dos preços ou mesmo dos níveis de preço de determinado produto, atuaremos deliberadamente sobre a realidade observada, no sentido de que esta se comporte segundo os objetivos preestabelecidos. Assim, enquanto, no âmbito da Economia positiva, o observador não se preocupa em julgar os fatos nem em avaliar cada uma de suas consequências sociais, políticas ou econômica, no âmbito da Economia Normativa serão fixadas normas de conduta, procedendo-se aos julgamentos correspondentes aos procedimentos práticos que venham a ser recomendados ou desencadeados. Este segundo domínio pode, pois, dar margem a controvérsias, bem como a posições não raro diametralmente opostas. Os julgamentos de valor, os objetivos fixados, os instrumentos usados para alcançá-los e as normas aplicadas pela Política Econômica podem ter conteúdo polêmico. As alternativas adotadas estarão sob permanente julgamento. Quaisquer normas de ação que sejam fixadas não poderão jamais estar isentas de avaliações.

Para um único problema ou para uma única situação real, dificilmente poderão ocorrer duas ou mais descrições ou teorizações opostas, conflitantes e verdadeiras. A realidade é uma só, e os princípios, teorias ou leis que dela decorreram, quando corretos e perfeitamente ajustados aos fatos, dificilmente poderão estar em conflito. "Não existe - observa Samuelson - uma Teoria Econômica para os trabalhadores e outra para empregadores; uma para os russos e outra mais para

os chinês.” Há concordância, praticamente universal, em torno dos princípios essenciais da Economia Positiva. Contudo, no âmbito da Economia Normativa, ao ser fixada determinada orientação pela Política Econômica, poderão ocorrer pontos de vista conflitantes. Isto se dá quando da passagem das proposições positivas (*assim é a realidade*) para as proposições normativas (*assim deve ser a realidade*).

Entretanto, entre as proposições positivas e as normativas, apesar das diferenças observadas em seu conteúdo, estabelece-se estreita interdependência. A Economia Normativa não pode prescindir dos esquemas descritivos e dos desenvolvimentos teóricos da Economia Positiva. E esta última, devido ao seu compulsório contato com a realidade, representa um verdadeiro laboratório experimental, de extrema significação e importância para o observador e o teórico, servindo de teste permanente para as abordagens teóricas desenvolvidas.

## **A TEORIA ECONÔMICA: DESDOBRAMENTOS USUAIS**

Para darmos uma visão panorâmica mais completa da Teoria Econômica - esse compartimento central da Economia - consideramos agora o quadro esquemático da Figura 3.2. Como aí se observa, a Teoria Econômica pode ser desdobrada em dois ramos principais: o da *Análise Microeconômica*, que cuida, individualmente, do comportamento dos consumidores e produtores, com vistas à compreensão do funcionamento geral do sistema econômico, e o da *Análise macroeconômica*, que cuida do estudo agregativo da atividade econômica, ocupando-se de magnitudes globais, com vistas à determinação das condições gerais de crescimento e de equilíbrio da economia como um todo.

### **Análise Econômica**

Em seus primeiros passos nos séculos XVIII e XIX, a Economia cuidou basicamente, das unidades elementares de consumo de produção - dos consumidores e das empresas. A origem da *Análise microeconômica* remonta, assim, aos primeiros autores clássicos, como Adam Smith (1723-1790). David Ricardo (1722-1823) e John Stuart Mill (1806-1873), na Inglaterra; e Jean Batist Say (1767-1832), na França. As investigações microeconômicas desses autores clássicos só iriam chocar-se a partir da segunda metade do século XVIII, com o teor macroscópico da crítica Marxista, que abordou o sistema econômico ocidental a partir de um enfoque globalista, desviando a atenção dos teóricos da época para o exame de questões de natureza bem diversa daquelas que até então haviam sido teoricamente enfrentadas. Mas, após o breve intervalo da contundente crítica de Marx, um outro grupo de teóricos iria novamente ocupar-se do desenvolvimento da *Análise microeconômica*. Este segundo e destacado grupo ocorria a partir de 1870, na Áustria (com Eugen Von Bohm-Bawerk, Friedrich Von Wieser e Carl Menger), na Suíça (com Léon Walras e Vilfredo Pareto), e na Inglaterra (com Alfred Marshall, que reviu praticamente toda a *Análise Microeconômica* tradicional, precedendo à chamada síntese neoclássica).

Assim, a Teoria Econômica clássica e neoclássica, que dominou as investigações econômicas desde Adam Smith até às primeiras décadas do século atual, estaria voltada essencialmente para a *Análise Microeconômica*. Partindo da análise do comportamento racionalista dos consumidores e dos produtores e fruto da filosofia individualista que prevaleceu na segunda metade do século XVIII, a *Análise Microeconômica* iria, por conseguinte, ligar-se ao exame das ações agentes econômicos privados, em suas atividades de produção e de consumo. E, através desse enfoque, procuraria investigar as possibilidades de eficiência e de equilíbrio dos sistemas econômicos como um todo.

Devido a essa formação teórica, a *Análise Microeconômica* é, por vezes, também chamada Teoria dos Preços, uma vez que, nas economias liberais, é através do funcionamento do livre mecanismo do sistema de preços que as ações dos produtores e dos consumidores podem ser articuladas e coordenadas. Ao estudar a formação dos preços, este ramo da Economia enveredaria para o estudo da oferta, pela qual são responsáveis os produtores, e da procura, que depende do comportamento e das reações dos consumidores. Iria embrenhar-se, ainda, no estudo dos mercados, em suas várias formas, desde as situações de monopólio até ao extremo teórico da concorrência perfeita, examinando as condições gerais de equilíbrio das empresas em cada uma das situações concorrenciais possíveis. E investigaria, subsequente, a partir dos processos de produção, a oferta e a procura de recursos produtivos, aos quais seriam pagas as remunerações correspondentes (como, por exemplo, os salários pagos ao fator trabalho e os lucros atribuídos à capacidade empresarial), para afinal chegar à teoria da repartição da renda.

Com esse envolvimento teórico, a *Análise Microeconômica* interessar-se-ia, conclusivamente, pelo funcionamento geral de sistema econômico. Apesar de todas as suas abstrações teóricas, as Investigações microeconômicas lograriam determinar, sobretudo após as pesquisas do suíço Walras, publicadas em seu *Elements of Pure Economics* (1874), a interdependência observada entre as atividades dos produtores, dos proprietários de recursos e dos consumidores, chegando assim a estabelecer as condições para o equilíbrio geral da economia e para a realização da eficiência máxima.

A partir de seu enfoque racionalista e individualista, a *Análise Microeconômica* chegaria, assim, ao *ótimo econômico*, desde que o sistema de preços pudesse funcionar livremente, orientando as ações de cada um dos agentes do sistema econômico. Os produtores maximizariam seus lucros, ao

produzir os bens e serviços mais escassos, menos concorrenciados e de preços mais compensadores; os consumidores maximizariam sua satisfação, aplicando suas rendas nos bens e serviços que melhor atendessem às suas necessidades correntes; e os recursos de produção seriam aplicados da forma mais eficaz possível nas atividades que melhor pudessem aproveitar suas potencialidades.

Para abranger toda a dimensão desse universo teórico, a *Análise Microeconômica* desdobrar-se-ia em quatro conjuntos: *Teoria do Consumidor*, *Teoria da Empresa*, *Teoria da Produção* e *Teoria da Repartição*. Com a articulação dessas quatro ramificações teóricas, seriam envolvidas todas as funções essenciais que se realizam no interior de um sistema econômico. E todo esse aparato teórico, embora por vezes divorciado da realidade, teria a finalidade essencial de demonstrar a viabilidade da organização econômica liberal: desde que o sistema de preços pudesse operar livremente, a eficiência e o equilíbrio seriam alcançados automaticamente.

A *Análise Microeconômica* pode, portanto, ser considerada como um processo teórico elaborado com vistas a determinar as condições gerais de equilíbrio da economia a partir do comportamento dos agentes econômicos individuais - produtores e consumidores. Em tal sentido, pode também ser considerada como um ramo tradicionalmente ligado à ideologia do individualismo e do liberalismo.

## **A Análise Macroeconômica**

A certeza se automatismo e na excelência dos mecanismos livres do sistema de preços só iria desfazer-se na década de 1930, com a eclosão da Grande Depressão. Como vimos, o enfoque microeconômico justificara-se a partir da necessidade de demonstrar, através do exame “microscópico” do sistema de preços, a racionalidade do homem econômico, a

positividade do individualismo, o automatismo das forças de mercado e os ajustamentos automáticos que se operariam no sistema econômico se as forças de iniciativa capitalista pudessem operar livremente sem qualquer tipo de intervenção governamental. Todavia, esse enfoque iria chocar-se no século XX com a desorientação da Grande Depressão, com os desajustamentos decorrentes das Grandes Guerras, com o Grande Despertar dos povos subdesenvolvidos e com outros temas de envergadura também ampla, como os relacionados com a inflação, o crescimento econômico moderno, o desemprego conjuntural e estrutural, os desequilíbrios temporários ou crônico dos balanços de pagamento e a internacionalização crescente dos sistemas econômicos.

De fato, essas grandes questões de nossa época contribuíram para deslocar o interesse dos economistas para o ramo da *Análise Macro-econômica*, substituindo os tradicionais enfoques “microscópicos” por uma nova abordagem “macroscópica”, através da qual a realidade pudesse ser aprendida em seus aspectos agregativos, amplos e globais.

A *Análise Macroeconômica* foi particularmente desenvolvida após a publicação, em 1936, da principal obra de John Maynard Keynes (1883-1946), *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Esta obra, de enorme significação histórica, pode ser considerada, de um lado, fruto dos difíceis anos da Grande Depressão, e, de outro, da incapacidade relevada pela Microeconomia clássica e a neoclássica para solucionar os problemas macroeconômicos ao desemprego em massa, suscitados pela depressão da década de 30. A estrutura da mensalidade neoclássica tinha sido organizada em torno da suposição de que o pleno emprego seria o nível normal de operação da economia, que os afastamentos em relação ao mesmo seriam de menor importância e que - quando ocorressem distorções - o próprio

sistema de preços, agindo livremente, geraria automaticamente as correções necessárias.

Entretanto, apesar de sua notável estrutura lógica e de seu racionalismo, a *Análise Microeconômica* tradicional parecia ter pouco a oferecer aos governos dos países ocidentais abalados pela Grande Depressão. A maior parte desses governos ansiava por novas soluções, amparadas por um esforço teórico diferente daquele que os economistas haviam desenvolvido de Adam Smith a Alfred Marshall.

A tarefa de modificar a estrutura teórica da Economia tradicional coube a John Maynard Keynes. Com ele, a ênfase analítica da Economia passaria do ramo micro para o macro. Em lugar da abordagem do sistema econômico a partir de seus agentes individuais - consumidores e produtores -, Keynes enveredou para a análise de conceitos agregados, como a Renda Nacional, o consumo, a poupança e o investimento globais, os volumes das exportações e das importações, os dispêndios e as receitas totais do governo. Os níveis dos preços, os volumes do emprego, o suprimento de moeda passaram a ser vistos globalmente. A década de 30 assistiria, assim, à passagem da Economia individualista e da empresa para a Economia agregativa, considerada a partir de suas magnitudes globais.

Para abranger as dimensões deste novo universo teórico, a *Análise Macroeconômica* se desdobraria em dois conjuntos principais: *Teoria dos Agregados* e *Teoria Geral do Equilíbrio e do Crescimento*. No campo da Teoria dos Agregados são conceituados e calculados os principais indicadores do desempenho da economia como um todo: o Produto Nacional e a Renda Nacional, bem como cada um de seus principais componentes, são aqui definidos e avaliados através de processos especiais de medição e de aferição da atividade econômica global. No campo da Teoria Geral do Equilíbrio e do Crescimento são enfeixados os estudos sobre a

Moeda, as Finanças Públicas, as Relações Internacionais e o Desenvolvimento. Apoiada nesses quatro desdobramentos principais, a *Análise Macroeconômica* ocupa-se, basicamente, de garantir a manutenção do pleno emprego dos recursos disponíveis dos sistemas econômicos, eliminando todos os possíveis focos de subemprego ou de desemprego generalizado, ocupa-se, ainda, das condições necessárias ao desenvolvimento econômico, bem como de seu significado, custos e benefícios; finalmente, ocupa-se também das questões relacionadas à inflação, procurando determinar as causas e os efeitos das elevações gerais dos níveis dos preços como um todo.

Assim, como bem sintetiza Lindauer, “as atuais proposições dos macroeconomistas têm diversos aspectos. Desejam saber o que faz subir o nível geral dos preços e que política pode ser adotada no sentido de conter a elevação. Tem curiosidade quanto às causas do crescimento da produção e quer saber por que a capacidade produtiva de algumas economias se eleva mais rapidamente do que a de outras. Os macroeconomistas investigam quando a produção entra em recesso e milhões de pessoas perdem seus empregos, desejam conhecer os efeitos de várias políticas do governo e estão mais interessados na situação econômica e no bem-estar de muitos milhões de indivíduos que participam de uma economia do que nas condições de um indivíduo ou de uma unidade econômica em particular”.

### **3.3 - A TEORIA ECONÔMICA E A POLÍTICA ECONÔMICA**

Concluindo nossas considerações sobre cada um dos principais compartimentos da Economia, abordaremos agora, especificamente, a Política Econômica. Trata-se, como já observamos, de um ramo que se localiza no âmbito da Economia Normativa, dado estar essencialmente voltado para o

condicionamento da atividade econômica. Em princípio, as ações desencadeadas pelos formuladores da política econômica de determinado país (ou blocos integrados de países) devem ser alicerçadas por princípios, teorias, leis e modelos referenciais, desenvolvidos pelas diferentes áreas em que se desdobra a Teoria Econômica. Com esse alicerce, os cursos de ação podem adquirir maior confiabilidade e segurança, quanto aos resultados esperados.

A despeito de estar de certa forma subordinada à Teoria Econômica, a definição da Política Econômica não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Isto porque, independentemente de quais sejam os fundamentos ideológicos da ação governamental, a política econômica posta em prática geralmente integra um quadro mais amplo, a que se dá a denominação abrangente de *política pública*. Esta envolve todo um complexo sistema de aspirações de determinada sociedade, em dado momento, assim como os meios que se empregam com o propósito de alcançá-las. Essas aspirações variam de país para país e de época para época. Geralmente, subordinam-se ao quadro conjuntural interno e externo, bem como aos principais problemas estruturais enfrentados pelas economias nacionais ou pela comunidade internacional a que cada país se encontra integrado. Neste sentido, a política pública abrange a política das relações externas, a política de defesa-segurança nacional, a política social, e todo um conjunto inter-relacionado de ações públicas, de que fazem parte as de natureza econômica.

Conceituada nestes termos, a Política Econômica, tanto em sua elaboração quanto em sua execução, capta influências de fatores e de valores extra-econômicos. Sua execução é uma das inúmeras funções dos governos nacionais - mas não necessariamente a função primordial. De acordo com esta acepção, a Política Econômica pode ser definida como a atuação deliberada do governo, no sentido de que se alcancem

objetivos de natureza econômica, consistentes com outros fins não necessariamente econômicos, definidos ao nível mais amplo da política pública.

Vista de forma mais estrita, a formulação da Política Econômica envolve dois procedimentos interdependentes:

1) A determinação dos principais objetivos que pretendem alcançar, consistentes com outros fins políticos e sociais; e

2) a eleição dos instrumentos de ação que serão manejados para a consecução dos objetivos determinados.

### **Os objetivos principais**

Quanto aos objetivos, cabe considerar que sua determinação sofre influência marcante das instituições políticas e dos traços ideológicos em que se fundamentam as políticas públicas de cada nação. Para diferentes ideologias políticas, se fixam diferentes objetivos de Política Econômica ou, pelos menos, se hierarquizam os objetivos sob critérios diferentes. Ademais, a determinação dos objetivos também se sujeita a variáveis conjunturais, aos problemas conjunturais e à concepção das transformações estruturais de longo prazo consideradas necessárias para que o conjunto dos objetivos da política pública sejam atingidos. Não há, portanto, um conjunto de objetivos que se possa considerar universalmente aceito nem que seja rígido ao longo do tempo.

Para economias que ainda não atingiram estágios avançados de desenvolvimento econômico, a listagem dos objetivos da Política Econômica, subordinada a todas as questões que acabamos de mencionar, geralmente envolve questões relacionadas ao crescimento econômico (dado como uma das condições para o desenvolvimento), à repartição da renda e da riqueza e à estabilidade do processo econômico. Neste sentido, geralmente se relacionam aos seguintes fins:

#### *1) Crescimento econômico*

– Melhoria ou expansão da disponibilidade de recursos, envolvendo:

a) Adequação do tamanho e da estrutura da população.

b) Modernização e ampliação da capacidade instalada de produção.

c) Exploração das reservas naturais ocorrentes no espaço geoeconômico, sob a condição de preservação do meio ambiente.

– Implantação de infra-estrutura adequada, que suporte a utilização intensa e eficaz dos recursos humanos, de capital e naturais disponíveis.

– Adequação das poupanças interna e externa ao processo de acumulação.

#### *2.) Repartições*

– Reduto dos desníveis regionais.

– Melhoria da estrutura de repartição de renda e riqueza entre pessoas e grupos sociais

#### *3) Estabilidade do processo econômico*

– Garantia de empregos para a população economicamente mobilizável, com taxa de expansão suficiente para incorporar ao contingente ocupado os fluxos decorrentes do crescimento demográfico.

– Estabilidade dos preços.

– Equilíbrio nas transações econômicas com o exterior, envolvendo:

a) Equilíbrio nas transações concorrentes (balança comercial e de serviços).

b) Equilíbrio no balanço de pagamentos como um todo.

c) Manutenção de adequado saldo reservas cambiais.



## Os instrumentos de ação

Para a consecução dos vários objetivos que acabamos de mencionar, a Política Econômica conta com um elenco de instrumentos de ação. Esses instrumentos decorrem da Teoria Econômica. Desenvolvidos a nível teórico, são destinados a servir aos responsáveis pela política econômica governamental como meios para a realização dos fins estabelecidos.

Os instrumentos de ação mais significativos e empregados com maior frequência estão correlacionados, em sua maior parte, com os troncos teóricos da Análise Macroeconômica. São deste tronco os instrumentos *monetários* (ligados à Teoria da Moeda), os *fiscais* (ligados à Teoria das Finanças Públicas) e os *cambiais* (ligados, por sua vez, à Teoria das Relações Internacionais). Esses instrumentos são secundados por um outro grupo, basicamente correlacionado com a Análise Microeconômica - Trata-se dos instrumentos *coadjuvantes*, inspirados em sua maior parte nas Teorias do Consumidor, da Empresa, da Produção e da Repartição.

Os *instrumentos monetários* referem-se basicamente ao manejo das operações destinadas a regular o suprimento de meios de pagamento, no sentido de que o sistema econômico seja convenientemente “irrigado” de moeda e crédito. Mais tarde, quando viermos a expor os princípios fundamentais da gestão monetária, veremos que o fluxo monetário tem diretas e importantes relações com os objetivos principais das economias; a falta ou o excesso de moeda em uma economia pode prejudicar o desenvolvimento, a estabilidade e até mesmo a repartição da renda. Conversamente, para promover esses objetivos, O Governo recorre às operações monetárias, estimulando, por exemplo, pela concessão de faixas especiais de crédito, os setores débeis da economia ou, então,

beneficiando as classes que, em seu julgamento, mereçam atendimento especial.

Os *instrumentos fiscais* referem-se ao manejo das finanças públicas. Aqui se enquadram os vários componentes da despesa e das receitas governamentais. O Governo despende através de investimentos de consumo, de concessão de subsídios e de transferências financeiras. E obtém receita através de impostos sobre as atividades de produção e de circulação de mercadorias, sobre as propriedades, sobre as heranças e transmissões *inter vivos* e sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Manejando esse complexo de fontes de receita e de formas de dispêndio, pede também o Governo influir poderosamente sobre o desenvolvimento, a estabilidade e a repartição. Aplicará seus recursos e arrecadará suas receitas segundo os objetivos predeterminados da Política Econômica. A Teoria Econômica lhe estará indicando, permanentemente, a influência de cada um de seus procedimentos sobre as metas que tenham sido fixadas.

Por seu lado, os *instrumentos cambiais* referem-se ao manejo da taxa de câmbio da moeda nacional relativamente à moeda estrangeira. A Teoria Econômica das Relações Internacionais indica-nos as repercussões principais dada taxa de câmbio sobre os fluxos das importações, das exportações e dos investimentos procedentes ou destinados ao exterior. Esses fluxos, é evidente, também influenciam cada um dos vários objetivos da Política Econômica. Das relações com o exterior podem depender o desenvolvimento, a estabilidade e mesmo as condições e repartição da renda de dada economia. Assim, pelo manejo da taxa de câmbio e de outras operações econômicas que envolvem o setor externo, o Governo poderá também influir sobre os objetivos fixados.

Finalmente, há ainda um heterogêneo conjunto de *instrumentos coadjuvantes*, decorrentes em sua maior parte das considerações teóricas da Microeconomia. Trata-se de um

conjunto de controles diretos, exercidos sobre as atividades das empresas, sobre os preços dos recursos da produção e dos produtos finais e mesmo sobre o comportamento dos consumidores. Embora alguns desses instrumentos (que influem, por exemplo diretamente sobre os preços, os salários e os suprimentos) possam ser tão poderos quanto os anteriormente descritos, eles são geralmente acionados em caráter coadjuvante, complementando as medidas básicas adotadas nas áreas monetária, fiscal e cambial.

Conclusivamente poderíamos então assinalar - a título de síntese deste capítulo - que a Economia pode ser desdobrada nos comportamentos básicos; a *Economia Descritiva*, que fornece elementos à *Teoria Econômica* para a elaboração de modelos micro e macroeconômicos de análise: e da *Política Econômica*, que recorre a esses modelos, a nível normativo e de aplicação, tendo sempre em vista a consecução de objetivos que venham a ser determinados para o sistema econômico em consideração, subordinando-se as ações que venham a ser determinados aos objetivos superiores da *política pública*.

Wonnacott, Paul. Introdução À Economia.  
Mcgraw Hill, 1984.

**Figura 3.2. – DESDOBRAMENTOS USUAIS DOS TRÊS PRINCIPAIS COMPARTIMENTOS DA ECONOMIA**

